

O contributo de Neil Smith para uma geografia crítica da gentrificação

Por Luís Mendes

RESUMO

Este artigo baseia-se na discussão e reflexão sobre as questões gerais inerentes ao paradigma marxista da Geografia e sua repercussão nos conceitos e metodologia que Neil Smith utiliza, desde o final da década de 1970 até ao presente, para compreender e analisar a gentrificação enquanto processo de reestruturação urbana. Vamos procurar interpretar este tema da geografia urbana à luz da contribuição de Smith, dentro do quadro geral de posições normativas da Geografia Crítica que explica a realidade social e espacial no âmbito da Epistemologia e da Filosofia da Ciência em geral.

Palavras-chave: Gentrificação, Geografia Crítica, Geografia Marxista, Estudos Urbanos, Neil Smith.

ABSTRACT

This article is based on the discussion and reflection about the general issues inherent in the Marxist paradigm of Geography and its repercussion in the conceptualisation and methodology that Neil Smith has used, since the end of the 1970s until the present, to understand and analyse gentrification as a process of urban restructuring. We will thus seek to interpret the theme of urban geography in the light of Smith's contribution, within the framework of general normative positions of Critical Geography that explains the social and spatial reality within the Epistemology and the Philosophy of Science in general.

Key-words: Gentrification, Critical Geography, Marxist Geography, Urban Studies, Neil Smith.

Luís Mendes

luis.mendes@ceg.ul.pt

Instituto de Geografia e de Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. Mestre em Estudos Urbanos pelo Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É Investigador Permanente do Instituto de Geografia e de Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa.

INTRODUÇÃO

Este artigo baseia-se na discussão e reflexão sobre as questões gerais inerentes ao paradigma marxista da Geografia e sua repercussão na conceptualização e metodologia que Neil Smith utiliza, desde o final da década de 1970 até o presente, uma contribuição de décadas que o autor representa para o desenvolvimento do estudo da gentrificação. A proposta deste trabalho é compreender e analisar o modo como, para este académico, a gentrificação é um processo de reestruturação urbana e de lutas de classe, um produto social de um modo específico de produção, marcado pela reestruturação económica que é característica do capitalismo tardio e avançado, particularmente condicionado por um regime de acumulação de capital mais flexível, que lhe é subsidiário. Discutiremos as características básicas deste paradigma que a geografia da reestruturação do espaço urbano de Neil Smith mobiliza para explicar a gentrificação. Portanto, vamos procurar interpretar este tema da geografia urbana à luz da contribuição de Smith, dentro do quadro geral de posições normativas deste movimento crítico que explicam a realidade social e espacial no âmbito da Epistemologia da Geografia e da Filosofia da Ciência em geral.

1. A gentrificação e a produção social do espaço urbano no plano das lutas de interesses e objetivos de classe

Uma discussão teórica acerca dos princípios marxistas que orientam o estudo da gentrificação não poderá menosprezar uma reflexão cara aos geógrafos radicais em geral, e a Neil Smith em particular, ao nível das categorias centrais associadas ao pensamento geográfico, como é a produção social do espaço e a relação sociedade-espaço. O conceito de produção social do espaço fica a dever-se à obra de referência de Henri Lefebvre (1974), cujo contributo influenciou de forma determinante o universo teórico marxista e a produção científica da teoria social, incluindo a dos geógrafos David Harvey, Neil Smith, Allen Scott e Edward Soja, entre muitos outros. O enfoque de Lefebvre visa menos ao processo de produção e mais à reprodução das relações sociais de produção que, diz o autor, constituiu o processo central e oculto da sociedade capitalista. E este processo é essencialmente espacial. A produção das relações sociais de produção não ocorre somente na fábrica, nem tampouco numa sociedade como um todo, de acordo com Lefebvre, mas no espaço como um todo. As relações espaciais são geradas logicamente, mas tornam-se dialetizadas através da atividade humana

no espaço e sobre ele. A produção do espaço urbano é desenvolvida aqui, dentro da perspectiva aberta pelo materialismo dialéctico. Ao propor a dialética socio-espacial, Richard Peet (1978) e Edward Soja (1980) têm apoiado, aperfeiçoado e desenvolvido as ideias básicas da visão lefebvriana, bem como Smith, princípio sempre presente na análise da reestruturação do espaço urbano.

O espaço urbano não é imutável. Tal como o sistema económico e social, ele transforma-se, pelo que as suas estruturas materiais e a organização mudam de feição. O sistema produtivo resulta da articulação dos elementos de produção, consumo, circulação ou distribuição e gestão. Todos estes elementos estão relacionados entre si e modelam o espaço, não só porque se realizam mediante estruturas localizadas, mas também pelas relações que mantêm, e que se articulam no espaço geográfico. Assim, as modificações na produção e apropriação do espaço urbano estão sempre associadas às dinâmicas globais da economia, isto é, ao modo de produção capitalista subjacente, funcionando, em simultâneo, como uma forma de expressão espacial destas (talvez a mais importante e visível) e, também, como um dos meios que possibilitam a sua sustentação. Portanto, o espaço não é uma entidade neutra, vazia de conteúdo social. Cada sociedade produz os seus espaços, determina os seus ritmos de vida, modos de apropriação, expressando a sua função social, pelas formas através das quais o ser humano se apropria e que vão ganhando o significado dado pelo uso. É o princípio do espaço como categoria social real, o espaço-resultado, construído e em construção, o espaço real como demarcação de práticas sociais precisas, realidade que não prescinde, em hipótese alguma, da vitalidade histórica que lhe é imprimida por uma sociedade concreta.

Neil Smith, o geógrafo crítico urbano que dedicou grande parte da sua carreira ao estudo da gentrificação, destaca nos seus textos uma clara perspectiva marxista pelo fato de, transversalmente aos argumentos que apresenta, supervalorizar com muita relevância a relação espaço-sociedade, a partir do desenvolvimento do conceito de modo de produção. À semelhança de Lefebvre (1974), também Smith nos seus escritos defende que cada sociedade, cada modo de produção, produz um espaço dominante, que lhe é próprio e que se sobrepõe a todos os outros. O espaço social (urbano) é produto e produtor de relações de produção e de reprodução de uma dada sociedade. Reforça-se a componente social na consubstanciação da análise geográfica. O espaço é grandemente definido pela divisão espacial do trabalho como produto direto da morfologia social hierarquizada e diferenciada, e cuja reprodução se

encontra vinculada ao carácter social e histórico do capitalismo na produção do espaço.

Revisitar o conceito de espaço é, atualmente, fundamental. Primeiro porque as relações sociais de produção têm uma existência social enquanto existência espacial, isto é, projetam-se concretamente no espaço (Soja, 1989). Segundo, porque o encurtamento das distâncias, associado a uma importante compressão espaço-temporal, decorrente do desenvolvimento acelerado dos meios de comunicação e transporte, estimula estratégias globais, sob o signo da reestruturação do sistema económico, no sentido de alterações na organização da produção assentes na desintegração vertical, fragmentação das linhas de montagem e desenvolvimento de estratégias de subcontratação (Harvey, 1989). Estas alterações são, em última análise, responsáveis pelo processo de gentrificação, pois estimulam a desconcentração do capital produtivo do centro para a periferia e estão na base da formação do “rent gap”, como veremos adiante.

Nesta perspectiva, surge a necessidade de superação da noção de espaço como mero produto social, apenas como palco das relações sociais, ultrapassando a exterioridade que tal noção apresenta em relação à sociedade. O que, em última instância, Neil Smith argumenta como fio condutor dos seus estudos é que a gentrificação no espaço urbano central intervém na produção e organização do trabalho produtivo, ao mesmo tempo que determina as relações de produção, é também, simultaneamente, produtora e produto, suporte das relações sociais e, portanto, tem um papel importante no processo de reprodução geral da sociedade. Tem-se, com efeito, uma produção espacial que se manifesta sob as formas de apropriação, utilização e ocupação de uma dada área, num momento específico que se revela no uso, como produto da divisão social e técnica do trabalho e que, no seio do processo capitalista, produz uma morfologia espacial “fragmentada” e hierarquizada, contribuindo para um aprofundamento da divisão social do espaço urbano. Esta conclusão só pode ser válida para um autor que defende o conceito marxista de modo de produção e o inscreve na explicação que tece em torno da reestruturação do espaço urbano.

Assim, o paradigma da geografia marxista encontra-se presente na terminologia de Neil Smith quando este reconhece importância ao objetivo de identificar como as relações sociais entre classes, mediadas pelas estratégias residenciais encabeçadas pela gentrificação, variam no espaço urbano de forma a reproduzir e sustentar os modos de produção e consumo capitalistas e a ordem social estabelecida. O autor valoriza a possibilidade de se trabalhar uma relação sociedade-

espaço, numa concepção que não crê num espaço sem as marcas da sociedade que historicamente se expressa em processos reais e mais complexos. Esta é a proposta desenvolvida por Smith (1986a) e por Harvey (1987): descortinar as formas concretas que qualificam e determinam a relação sociedade-espaço na base da gentrificação e cuja historicidade a define como processo permanente de socialização do espaço urbano. Este mesmo processo segmenta-se em várias áreas centrais defendidas e controladas por determinados grupos sociais de maior poder socio-económico, definido e delimitado por relações de poder. Ainda a propósito da crítica que constrói em torno da promiscuidade gerada entre este tipo de relações de poder e o discurso de modernidade urbana associado à gentrificação, Smith (1986a, 1992b) aplica a metáfora do avanço da fronteira da colonização norte-americana do século XVIII sobre os territórios já previamente ocupados pela população indígena e faz o paralelo com a situação actual de “displacement” provocado pela gentrificação.

Neil Smith insere-se indubitavelmente na escola de pensamento marxista quando procura expor e denunciar as injustiças e desigualdades sociais decorrentes das bases económicas do funcionamento do modo de produção capitalista, reforçando a ideia de que as relações sócio-espaciais estruturadas pela gentrificação são reguladas pelas estruturas capitalistas e que se enquadram como meios de reforçar e reproduzir a riqueza e o poder da classe dominante, por via da exploração do trabalho da classe dominada. A mediação introduzida no espaço residencial urbano pela gentrificação, enquanto estratégia residencial específica, detém uma responsabilidade grande na fabricação de determinados padrões de diferenciação social do espaço urbano que, em última análise, reforçam a segregação sócio-espacial.

A gentrificação é, por definição, um processo de “filtragem social” da cidade. Vem desencadear um processo de recomposição social importante em bairros antigos das cidades, iniciando um processo que opera no mercado de habitação, de forma mais vinculada e concreta nas habitações em estado de degradação dos bairros tradicionalmente populares. Correspondendo à recomposição (e substituição) social desses espaços – tradicionalmente da classe operária/popular – e à sua transformação em bairros de classes média, média-alta – não se pode deixar de referir, por conhecimento deste processo de “substituição social”, o reforço da segregação sócio-espacial, que na sua sequência parece aprofundar a divisão social do espaço urbano (Smith e LeFaivre, 1984).

Smith (1996a, 2001, 2002, 2005) deixa claro que os projectos de regeneração urbana, que suportam a

promoção ideológica da gentrificação, alimentam equívocos vários no que diz respeito às supostas intenções iniciais de reabilitação habitacional e integração/fixação da população de menor estatuto sócio-econômico já anteriormente residente nos bairros da cidade centro alvo de intervenção. De resto, nesses contextos, o *“filtering up”* que a gentrificação pressupõe – pelo processo de substituição social que implica, de classes de menor estatuto sócio-econômico pelas de maior – faz antever o acentuar dos traços de segregação sócio-espacial nas áreas onde o fenômeno tem lugar.

Nestes termos, ao mesmo tempo que produto social e meio, o espaço é também instrumento da ação, meio de controle, logo, de dominação e de poder, que produz simultaneamente uma hierarquia dos lugares centrada no processo de acumulação, uma (re)centralização do poder. Sendo assim, ao procurar uma análise que centralize a importância da relação dialética entre condições sociais diferenciadas no espaço urbano e estruturas econômicas emergentes decorrentes da acumulação flexível, no contexto de globalização econômica, Neil Smith recorre a uma argumentação e reflexão tipicamente marxista na medida em que se preocupa em demonstrar que a sociedade urbana se encontra estruturada com vista a permitir a perpetuação da produção de capital.

2. A gentrificação e a teoria de acumulação de capital: o movimento cíclico do capital e produção do espaço construído

Um pressuposto marxista marca transversalmente todos os pontos dos contributos dos estudos geográficos críticos da gentrificação, levados a cabo por Smith: as relações espaciais e capitalistas estão articuladas dialeticamente. Se as necessidades de capital se manifestam no espaço, as mudanças espaciais manifestam-se nas necessidades de capital. Todos os analistas urbanos marxistas que propõem estudos a partir deste princípio teórico concordariam com a ideia de que a análise da produção social do espaço requer uma crítica do processo de acumulação capitalista. A acumulação de capital – ou a produção de mais-valia – é a força que impulsiona a sociedade capitalista. Por sua própria natureza, a acumulação de capital necessita da expansão dos meios de produção, da expansão do tamanho da força de trabalho assalariada, da expansão da atividade de circulação na medida em que mais produtos se tornam mercadorias e da expansão do campo de controlo da classe capitalista dominante (Smith, 1982a, 1982b, 1984; Harvey, 1985).

A partir desta perspectiva, os teóricos da acumulação de capital explicam que os processos de desenvolvimento da cidade ou urbanização são a manifestação espacial do processo de acumulação de capital. Na prática, os teóricos defensores desta tese ressaltam os aspectos estruturais desse processo e relacionam-nos com o desenvolvimento urbano. De todos os teóricos que trabalham neste veio, David Harvey e Allen J. Scott destacam-se pelas suas tentativas de apreender a natureza inter-relacionada do desenvolvimento capitalista e da forma espacial urbana. De motor de crescimento, a cidade tornou-se um espaço organizado para o investimento de capital. As contradições experimentadas no espaço construído são reproduzidas por causa dos passos dados para converter o capital financeiro no elo mediador entre o processo de urbanização (em todos os seus aspectos, inclusive a edificação de ambientes construídos) e as necessidades ditadas pela dinâmica subjacente do capitalismo.

Este ponto introdutório obriga-nos a revisitar a relação entre a produção do espaço construído e as crises no processo de acumulação de capital estudada por Harvey (1975, 1978, 1982, 1985). Este autor identifica três circuitos distintos de acumulação de capital. O circuito primário, que se refere à organização do próprio processo produtivo, por exemplo, com a aplicação de tecnologia e trabalho assalariado para produzir bens em troca de lucro. O circuito secundário, que implica investimento no ambiente construído. Finalmente, o circuito terciário que diz respeito ao investimento em ciência e tecnologia e numa ampla gama de despesas sociais relacionadas, principalmente, com os processos de reprodução da força de trabalho. A competição entre capitalistas resulta em superacumulação. No total é produzido capital em demasia, comparativamente à existência de oportunidades para empregar esse capital. Uma solução temporária para esse problema é uma mudança do fluxo de capital para outros circuitos. Quando isso é feito em relação ao circuito secundário, temos a produção do ambiente construído. Por conseguinte, na perspectiva de Harvey, o montante periódico de investimento e a conseqüente valorização do ambiente construído estão claramente indicados nos ritmos cíclicos do processo de investimento de capital no espaço.

A dinâmica dos ciclos de investimento e desinvestimento do capitalismo explica os estágios na construção do ambiente construído. Neil Smith (1979a, 1979b), no fim dos anos 70, aplicou este princípio de forma inovadora e crítica ao caso da gentrificação, dando o mote para um salto teórico incontornável no estudo deste processo. Até então, a maioria da

literatura apenas incidia nos efeitos da gentrificação: características sócio-econômicas e culturais dos “gentrifiers” enquanto migrantes, o desalojamento provado pela sucessão residencial, as iniciativas estatais de redesenvolvimento urbano e os benefícios para a cidade. Pouco esforço tinha sido feito para construir uma explicação histórico-política e comprometida com os então emergentes princípios da geografia crítica e marxista, incidindo nas causas estruturais, em detrimento dos efeitos. Numa primeira fase de estudo da gentrificação predominavam análises descritivas e isoladas sem qualquer esforço de contextualização e de enquadramento teórico do processo. Apresentando um carácter iminente empiricista, as investigações recaíam sobre estudos de caso que apenas focavam as transformações físicas e sociais em determinados bairros, entendendo-as como produto da ação de alguns indivíduos autônomos, não contemplando as diversas dinâmicas estruturais que a condicionam e que a moldam. Numa segunda fase do estudo da gentrificação destacou-se a importância da reabilitação urbana e as suas implicações ao nível dos usos do solo e da valorização fundiária que sucede aos processos de reabilitação (Smith e Williams, 1986). Numa terceira fase, a análise deste fenómeno centrou-se nas esferas da produção e do consumo. As explicações tenderam a dicotomizar-se, procurando, cada uma delas, privilegiar a supremacia de uma esfera em relação à outra no estudo do processo de gentrificação.

Para Smith, e do ponto de vista da circulação do capital, os “booms” imobiliários aliados à gentrificação coincidem com a transferência do capital do circuito primário de acumulação (a esfera produtiva) para o circuito secundário (produção do ambiente construído) em épocas de excesso de liquidez e problemas de acumulação registadas no processo produtivo. À luz deste princípio, Smith procura explicar a reestruturação do espaço urbano como um processo intimamente ligado à própria reestruturação da economia capitalista, mais precisamente, aos ciclos macroeconómicos de evolução irregular que marcam o desenvolvimento das sociedades de capitalismo avançado. Segundo o autor, e à semelhança do pensamento de Harvey, o desenvolvimento do capitalismo resultou, em parte, na superprodução das comodidades geradas, o que provocou uma inevitável quebra dos lucros no domínio da produção e, conseqüentemente, uma crise no seu interior. Deste modo, na sua concepção, esta crise do capitalismo só conseguiu ser atenuada e superada por intermédio de novas oportunidades e de novas formas de canalização do investimento para setores que permitissem uma rápida e eficaz reprodução, designadamente, o

imobiliário. Portanto, percebe-se que a partir do pós-guerra, o capital se tenha passado a dirigir preferencialmente para o setor da construção, em detrimento do setor tradicional da produção industrial, gerando importantes recomposições na expansão e organização espacial da forma urbana (Gottdiener, 1985).

O ambiente construído tornou-se o cenário de altos e baixos cíclicos no mercado imobiliário, com a existência paralela de deterioração e de superconstrução. Os dois fenómenos são produzidos pelo processo de construção na cidade sob relações sociais capitalistas e têm subjacente a ideia de que o crescimento urbano desigual é intrínseco à natureza capitalista de desenvolvimento. Inaugura-se, assim, um novo ciclo: o da valorização/desvalorização do espaço urbano nos mercados regionais de solo, com início do processo de suburbanização.

Os processos de suburbanização e emergência do “rent gap” são estudados por Neil Smith (1979a, 1979b, 1982a, 1987a, 1996c; Smith e Schaffer, 1986; Smith et. al. 2001) como predominantemente responsáveis pela forma como o processo de reestruturação urbana se apresenta nos dias de hoje. Isto porque o movimento de saída de capital para a periferia provoca uma alteração inversamente proporcional dos níveis de renda do solo dos próprios subúrbios e dos bairros centrais. Enquanto o valor do solo nos subúrbios aumenta significativamente com o crescimento de novas construções e infra-estruturas, e com a conseqüente introdução nesses espaços de uma multiplicidade de atividades, o valor fundiário dos bairros centrais, ao invés, sofre uma progressiva diminuição, sendo cada vez menor a quantidade de capital canalizado e investido na manutenção, reparação e recuperação do parque habitacional destas áreas no interior das cidades.

Deste fenómeno resultou o que Neil Smith denominou de emergência do “rent gap” nos bairros centrais – acentua-se a diferença entre a atual renda capitalizada face ao presente uso do seu solo, e a renda que potencialmente poderá a vir a ser capitalizada tendo em conta a sua localização central. É precisamente o movimento de saída de capital para os subúrbios e o conseqüente surgimento do fenómeno “rent gap” no espaço urbano central que, segundo o autor, cria maiores oportunidades económicas para a reestruturação urbana dos bairros centrais e para o investimento público e privado, na reabilitação e recuperação do seu parque habitacional. Corresponde a um fenómeno de ocorrência quase universal em todas as cidades das sociedades de capitalismo avançado.

A conclusão lógica da aplicação do princípio “rent gap” decorre do princípio da análise urbana marxista

de que o desenvolvimento espacial desigual e a desvalorização periódica do espaço construído (neste caso, as áreas históricas do centro da cidade que se vão degradando progressivamente) são “funcionais” e produzidos intencional e deliberadamente para garantir o futuro investimento de capital e a respectiva reprodução. Para cada “zona de crescimento” que representa uma área de intensa atração de investimento (subúrbios), existe uma “zona de transição” (centro histórico), onde o capital fixo é desvalorizado antes que os especuladores tirem vantagem do desenvolvimento. O desenvolvimento desigual é intensificado pela necessidade funcionalista do processo de acumulação de capital em desvalorizar os seus investimentos passados, de forma a melhor se reproduzir por via de uma “destruição criativa” (Smith, 1982a, 1982b, 1984, 1987a; Smith, N. et al. 1989).

Deste modo, com a fase de suburbanização do capital e com os investimentos canalizados para a periferia, certos bairros centrais da cidade, sofrendo um processo de desinvestimento nas suas áreas, passaram a capitalizar significativamente abaixo o seu potencial valor de renda. Contudo, mais recentemente, a procura de localizações para um investimento seguro e lucrativo em áreas metropolitanas, e face a um solo suburbano já saturado e mais dispendioso em termos relativos, canalizou o capital público e privado para aquelas áreas subvalorizadas (atendendo à sua localização central), empreendendo-se ações (desde a reabilitação à simples especulação imobiliária) visando a obtenção de lucros através da diferença entre a renda capitalizada real e a potencial. Em suma, o processo de gentrificação resulta, em parte, do desenvolvimento irregular e flexível do mercado do solo urbano, integrando-se no processo de acumulação de capital.

3. *Working-class residents can take back control of their homes*¹: O discurso ideológico de crítica e intervenção social - a denúncia dos mecanismos de legitimação do poder instituído no neoliberalismo urbano

Imbuído de um papel de intervenção e crítica social, Neil Smith (1995b, 1996a, 2001, 2002, 2005a) tem denunciado já há algumas décadas, mas sobretudo recentemente, que o discurso “regenerativo” da gentrificação no âmbito de políticas urbanas de valorização da imagem da cidade², ainda que vise a fixação

da população já existente, a modernização do tecido econômico, o aumento do emprego e o crescimento econômico; a verdade é que não deixa também de funcionar como mecanismo de legitimação do poder instituído e da mobilização de grande investimento público que, em última análise, é desviado do auxílio aos mais carentes, funcionando como subsídio aos mais ricos (bancos, instituições financeiras, grandes grupos econômicos e de construção civil, empreendedores, governantes, etc.).

Denota-se neste percurso o caráter impregnadamente ideológico, característico do marxismo, bem como a necessidade do despontar de perspectivas de futuro alternativas e a ideia de resistência política, intenções que se têm vindo a intensificar no discurso do autor. Como dedução preliminar destas intenções, poderá dizer-se que Smith insiste nos princípios que estabelecem que na sociedade capitalista o conjunto de leis que a regem é necessariamente burguês (sob domínio das classes dominantes, em termos sociais e econômicos) e existe para servir os interesses do capital e não da maioria social. O mesmo pode ser dito do Estado que, mesmo sob o disfarce liberal e formalmente voltado (no sentido de discurso teórico) para o interesse de toda a sociedade, representa particularmente sob este modo de produção a dominação da “classe burguesa”, isto é, dos grupos de maior estatuto social e econômico e dos interesses do capital.

O poder central assegura uma forte estabilização do sistema territorial e reforça a sua capacidade de resistência à mudança social pois a administração fomenta a hierarquia e a procura social através dos processos de planeamento e das políticas urbanas de regeneração da cidade centro³. As intervenções públicas que provocam valorização da cidade desencadeiam mecanismos contraditórios de expulsão e de reapropriação. As novas políticas urbanas traduzem uma maior orientação para o mercado e para os consumidores, em detrimento das classes mais desfavorecidas. O autor reconhece que, em larga medida, o desenvolvimento de parcerias público-privado que neste quadro é frequente se desenhar, constitui um verdadeiro subsídio aos mais ricos, ao tecido empresarial mais poderoso e às funções e relações

¹ Smith (1996b): 358.

² A gentrificação dos novos produtos imobiliários e reestruturação urbana, no quadro de um incremento da competitividade inter-urbana e da ofensiva neoliberal nos governos urbanos.

³ A regeneração urbana surge materializada como conceito em Inglaterra no início dos anos 80, como a forma privilegiada desenvolvida pelo governo de M. Thatcher para a intervenção nos tecidos urbanos obsoletos. São então criadas as “Enterprise Zones”, áreas específicas dentro das cidades inglesas para as quais é desenhado um pacote específico de medidas e incentivos. São igualmente criadas as “Urban Development Corporations”, entidades que materializam as parcerias e que asseguram o investimento privado necessário para a regeneração (Smith, 2001, 2002).

estratégicas de controle, poder e dominação do espaço urbano, condição fundamental na perpetuação da reprodução do capital, premissa essencial para o suporte do sistema de produção e consumo capitalista. Tudo isto à custa dos investimentos em serviços locais de consumo coletivo. É que se, em última análise, a atração e o crescimento propiciados pela gentrificação a todos beneficiam, em primeiro lugar ganham os promotores imobiliários, as empresas e as instituições financeiras, muito frequentemente à custa da expulsão dos residentes e das empresas mais débeis dos lugares requalificados, lançados por via desta (des)valorização, num processo de exclusão. A seletividade dos investimentos favoráveis à reprodução do capital implica o abandono, o esquecimento e a menor atenção à “cidade da maioria”, com particular gravidade para as áreas mais carentes onde se concentram os mais desfavorecidos. É a emergência da cidade revanchista produzida pela ofensiva neoliberal e que Smith tem explorado mais recentemente (1996a, 2001, 2002, 2005a). O autor desvendou, desta forma, a máscara social de compreensão e “bondade institucional” inerentes a estes recentes produtos imobiliários da nova gestão urbana, argumentando como estes promovem uma lógica de controle social favorável à reprodução do capital e às classes dominantes. É neste aspecto que reside o fundamental do discurso político crítico do autor no seu trabalho mais recente da última década.

O seu contributo, tal como o paradigma marxista que o impregna, está ideologicamente vinculado e assenta em questões com objetivos políticos bem determinados. O marxismo estabelece que a desigualdade é inerente ao modo de produção capitalista. A desigualdade produz-se inevitavelmente no processo normal das sociedades capitalistas e não pode ser eliminada sem alterar de modo fundamental os mecanismos do capitalismo. Ademais, forma parte do sistema, o que significa que os detentores do poder têm interesses criados em manter a desigualdade social. Ao nível do redesenvolvimento urbano, Smith enquadra-se perfeitamente neste contexto de pensamento. Nota como as ações de reabilitação e regeneração urbana, no âmbito do processo de gentrificação, determinadas, igualmente, pela necessidade de melhorar a imagem da cidade, de a tornar mais atrativa num quadro e cenário estratégicos de competitividade global entre cidades; implicam, muito frequentemente, a expulsão de habitantes de menor estatuto sócio-económico das áreas centrais, condenados, doravante, a uma marginalidade sócio-espacial, algo diretamente correlacionado com modelações ideológicas que visam a manutenção da

reprodução social das classes de maior estatuto sócio-económico (Smith, 1993; Smith e Low, 2006).

Defende-se que a mera crítica e o desperdício de esforço político em defender políticas que se ocupam do limitar as causas da desigualdade esbarram em obstáculos de maior nível e de difícil superação, pois as forças geradoras de formações sócio-espaciais desiguais na estrutura urbana mantêm-se. Acresce ainda o fato de que a classe operária, segundo Smith (1996b), se encontra alienada e pulverizada, desprovida de capacidade de mobilização: «The unfortunate truth is that the comparatively low levels of working-class struggle since the Cold War (with the exception of those during the late 1960's, and in much of Europe during the early 1970's) have meant that capital has had a fairly free hand in the structuring and restructuring of urban space. This does not invalidate the role of class struggle; it means that with few exceptions it was a lopsided struggle during this period, so much so that the capitalist class was generally able to wage the struggle through its economic strategies for capital investment» (p.356).

Daí a ideia decorrente da necessidade de uma revolução económica e social que contribua para a derrocada do capitalismo e sua substituição por um modo de produção que esteja organizado em torno dos princípios de igualdade e justiça social. Para o marxismo, só a perspectiva de transformar o mundo fornece a possibilidade de compreendê-lo. Só a visão crítica permite apreender a essência dos processos sociais. Só a inserção no movimento global propicia o seu entendimento. Esta visão do objeto de estudo revela-se de forma muito evidente nos últimos trabalhos de Neil Smith. A Geografia é proposta como elemento na superação da ordem capitalista. É desta ideia particularmente marxista e de forte intervenção crítica e social que Neil Smith partilha igualmente. Primeiro, quando se posiciona por uma transformação da realidade social, pensando a sua argumentação geográfica como uma arma política nesse processo (Smith, 1998, 2000, 2005c). Segundo, quando não coloca dúvidas à necessidade da ação política de oposição da classe trabalhadora residente nas áreas centrais da cidade ou de outros movimentos sociais urbanos, à hegemonia capitalista, representada pela ofensiva da classe burguesa que para o autor a gentrificação encerra (Smith, 2008b). Terceiro, quando reforça uma importante componente social, crítica e ideológica, consubstanciada na análise geográfica dos processos de (re)produção social do espaço urbano, a nível multiescalar desde o local ao global (Marston e Smith, 2001; Cowen e Smith, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poucas correntes acadêmicas no seio da teoria social e espacial podem reivindicar uma continuidade, um crescimento e uma acumulação literária significativos ao longo de todo o século XX como o marxismo. São vários os sentidos em que se pode considerar Marx como um teórico social clássico típico. Mas aquele que diz mais respeito à análise social urbana refere-se aos conceitos-chave de modo de produção, de alienação e de luta de classes que tiveram uma enorme influência no desenvolvimento da teoria sócio-espacial ao longo do passado século. O marxismo fundou e ajudou a estabelecer uma rica e sofisticada tradição na geografia da dinâmica do modo de produção capitalista, centrada na discussão dos processos estruturais (que mais tarde seriam fundamentais como argumentos da produção social do espaço de Lefebvre, como vimos anteriormente), como a concentração monopolista, a expansão imperialista e o papel comprometido e regulador do Estado no planejamento e economia urbanos. Para além dos estudos urbanos, o marxismo teve ainda uma influência profunda na evolução do pensamento geográfico, quer na forma como se analisam os processos de mudança histórica de longa duração nos territórios, quer nos estudos do desenvolvimento do Terceiro Mundo (Smith, 1979c).

Todavia, a partir da última década do século XX, a influência do marxismo tem vindo a diminuir. As causas disso são altamente complexas e, em grande medida, estão mais relacionadas com dinâmicas sociais contemporâneas do que com deficiências intelectuais intrínsecas à teoria marxista. Tais dinâmicas incluem a vigorosa permanência do capitalismo enquanto sistema social, o fracasso das sociedades socialistas e comunistas da Rússia e da Europa de Leste e as críticas ambientalistas que o Ocidente tem da Natureza enquanto domínio que deve ser totalmente manipulado e dominado. Tornam-se, no final do século XX, claras as limitações teóricas do marxismo enquanto paradigma dominante na geografia, em geral, e nos estudos urbanos, em particular. Primeiro, nem Marx, nem a tradição subsequente de estudos marxistas, conseguiram resolver o problema do dualismo da estrutura e da agência.

Se bem que apesar das limitações marxistas exista um reconhecido mérito por parte da comunidade científica das ciências sociais e humanas pela análise que os autores marxistas fazem de como o poder económico influencia a ordem social através dos mecanismos políticos e económicos, muitas vezes através de estruturas profundas, a verdade é que as respostas avançadas por este paradigma na análise urbana da gentrificação apresentam duas falhas. A

primeira é de que a ação sócio-espacial dos “gentrifiers” tende a ser subordinada à estrutura económica. A segunda, e que deriva em parte da primeira, tem que ver com o fato destes autores privilegiarem uma abordagem causal unidimensional, insistindo em explicações de tipo materialista. É atribuída uma importância explicativa bastante exagerada aos aspectos instrumentais e coercivos das estruturas sobre a agência.

De acordo com Hamnett (1991, 1992), a teoria urbana de índole marxista de Neil Smith é capaz de oferecer explicações convincentes acerca do efeito das estruturas materiais, bem como das causas das desigualdades sócio-espaciais produzidas pelo avanço da fronteira da gentrificação na paisagem urbana e dos conflitos que daí derivam, mas as suas explicações da estrutura repousam essencialmente em princípios utilitaristas e instrumentais que não permitem aos aspectos culturais e subjetivos da produção do espaço urbano ocupar uma posição mais regular nas análises realizadas. A visão marxista relaciona-se, desta feita, com um certo determinismo económico, sobrevalorizando a posição explicativa dos fatores considerados económicos na evolução dos processos sociais, espaciais e políticos.

Mesmo assim, ainda que seja verdade que certas formulações marxistas parecem conduzir a uma tentativa de explicar a mudança social e espacial por determinismos económicos e tecnológicos, uma análise mais atenta da produção literária neste domínio possibilita a verificação de que para os teóricos urbanos marxistas os movimentos de reestruturação urbana são explicados fundamentalmente pelas configurações que as trocas sociais assumem num determinado momento histórico. Assim, quer a cidade capitalista moderna, quer a pós-moderna, são ambas essencialmente modeladas pelas formas dominantes que o trabalho pode assumir e pela divisão social do espaço urbano que produz.

A maior parte dos autores da gentrificação ainda influenciados pelo marxismo admite que a superestrutura também influencia a infra-estrutura. A base, alimentada pelas relações sociais de produção e pelas forças produtivas, constitui o fundamento da estruturação das diversas formações sociais e das componentes ideológicas e políticas da superestrutura. Os fatores políticos e ideológicos, embora mantenham uma relativa autonomia e detenham também uma capacidade de retorno sobre a economia, podendo até ser dominantes em algumas formações sociais, são, contudo, determinados, em última instância, pela infra-estrutura (Smith, 1987b, 1992a, 1999). Esta posição, partindo do pressuposto materialista de que é a economia que determina a consciência social,

quer na vertente política, quer na vertente ideológica, além de reforçada pelas considerações elaboradas de Althusser, encontra realmente alguma fundamentação nos escritos de Marx e Engels.

Na atualidade, todavia, não reúne unanimidade entre os marxistas, sendo mesmo de destacar que, por parte não só de críticos do marxismo, como também de alguns neomarxistas, se têm desenvolvido contributos que defendem que este determinismo deve ser ajustado tendo em conta a diversidade contemporânea de níveis de estruturação da produção sócio-espacial, levando à necessidade de enveredar por abordagens pluricausais, para as quais o binômio base-superestrutura se encontra ultrapassado. É claro que os autores marxistas não desejam, acima de tudo, colocar uma ênfase tão simplista nos fatores materiais, existindo mesmo um conjunto de teóricos ulteriores que, apesar de fortemente influenciados pelo paradigma marxista, rejeitam o excessivo determinismo do modelo base-superestrutura, afirmando que os dispositivos estruturais não explicam satisfatoriamente a produção do espaço urbano e da vida social por este mediada. É o caso de Manuel Castells, Allen Scott, Doreen Massey, Mark Gottdiener, David Harvey, Michael Dear, Edward Soja, entre outros.

No entanto, se o conceito de modo de produção é rejeitado, também não é claro o que surge no seu lugar. Se bem que a um nível mais epistemológico se tenham produzido importantes reflexões que defendem que a análise marxista deve implicar uma abordagem mais desprendida para com a noção de determinação material, a verdade é que o argumento perde pertinência se não se souber com que regularidade e graus aquela se manifesta. Perante este impasse conceptual, defende-se nas ciências sociais e humanas o “cultural turn”, de que o “político” e o “cultural” são relativamente autônomos, o que acaba por conduzir as investigações a problemas de indeterminação. A condição pós-moderna ao defender que a(s) verdade(s) apenas têm um carácter probabilístico, aproximativo e provisório, arrasta para a Geografia a noção da flexibilidade cultural com que o conhecimento deve ser interpretado. As ideias traçadas por este saber baseiam-se em posições culturais dinâmicas, flexíveis, não definitivas, em permanente estado de projeto e reconfiguração, não se excluindo a possibilidade de serem transitórias, de se configurarem como uma mera passagem para outras necessariamente diferentes e igualmente dignas de validade. Corrobora-se, assim, que todas as interpretações da gentrificação poderão ser válidas, não podendo afirmar-se que uma o é em total e absoluto, única e verdadeira. Essa é, afinal, a grande potencialidade epistemológica da pós-modernidade e a sua mais

sedutora estratégia: extinguir a metanarrativa ao desconfiar da totalidade do modelo moderno e dos regimes singulares de verdade. É, simultaneamente, a sua maior fraqueza.

Persiste a incapacidade da condição pós-moderna se afirmar enquanto bloco teórico coerente e único, o que nos leva a considerar que a teoria sócio-espacial pós-moderna se caracteriza mais pelas modas e pela fragmentação do que pelo crescimento contínuo. Ainda assim, em nada esta conclusão pareça contrariar o espírito pós-moderno, pois os movimentos críticos mais característicos têm sobretudo contestado “a grande teoria” ou as “grandes narrativas” modernas, afirmando o carácter necessariamente incompleto e fragmentado de todo o conhecimento, salientando a diversidade e a diferença de interpretações, por oposição a princípios universais e totalizadores. Neil Smith (1981, 1992c, 1994, 2005b, 2006, 2008a) apela para os perigos que este relativismo científico pode acarretar na defesa de uma suposta neutralidade no conhecimento geográfico. Não se estabeleceu, contudo, nenhum programa coerente e auto-sustentado de pesquisa, nem se conhece uma continuidade de trabalhos posteriores, embora tenham surgido contributos interessantes. Uma contradição fulcral no pensamento pós-moderno subsiste. Se a modernidade é dominada pela ideia de esclarecimento progressivo e se define como a era da superação, então, a asserção de uma superação crítica da metafísica ocidental pela condição pós-moderna é uma contradição em si mesma. Não está disponível nenhum sistema alternativo de pensamento, nenhuma linguagem alternativa, que nos permita superar os erros da modernidade.

Em suma, o marxismo continua a fornecer uma base teórica sólida e pertinente na análise dos processos de mudança sócio-espacial urbana. Parece hoje inegável que considerar as práticas individuais e sociais como simples reflexo de determinantes estruturais de uma sociedade é um mecanicismo que nada tem a ver com a dialética inerente à evolução dos processos espaciais. Se bem que as estruturas sejam preenchidas e ativadas pelos indivíduos e pelos grupos sociais com motivações e interesses próprios, estes elementos não deixam, todavia, de ser condicionados pela organização sócio-econômica e por um modo de produção específico. Portanto, considerar as práticas sociais e individuais de forma atomizada e “desligadas” dos mecanismos estruturais que regem as formações sócio-espaciais, é, no entendimento de Smith (1986b, 1987c, 1990) um postulado da ideologia liberal que reconhece no indivíduo um agente histórico autônomo, sem atender às forças materiais que não só estruturam a sociedade e o espaço, como

também condicionam a ação dos agentes sociais.

Mas, a este respeito, é também cada vez mais evidente que nenhuma explicação da gentrificação é satisfatória se não incluir referências cruzadas, quer da tese da oferta, quer da do consumo. Além disso, nenhuma destas perspectivas consegue ser coerente e, por si só, dar resposta ao problema epistemológico colocado pela gentrificação nos estudos urbanos dos últimos 40 anos, sem aludir às dimensões explicativas e argumentos uma da outra (Smith, 1995a). O que também confirma que as velhas oposições entre holismo e individualismo, estrutura e agência, materialismo e idealismo, podem ser vistas como problemas quando abordadas em termos concretos e no âmbito de situações sociais específicas localizadas no tempo e no espaço.

Estas dicotomias, especialmente aquela que é primária a todas as outras, a do materialismo *vs.* idealismo, resume uma questão elementar da filosofia da ciência, mas também da epistemologia da geografia, delineando tradicionalmente duas grandes correntes de entendimento da realidade sócio-espacial. As múltiplas implicações destas duas formas de pensamento permitem-nos compreender algumas transformações recentes do social e do espaço, inerentes à gentrificação. Alguns teóricos utilizam com rigor a dissociação entre uma posição idealista e uma posição materialista, sendo muitos os que aprofundam o estudo das características de cada abordagem. A leitura “materialista dialética” de Lefebvre (1947) conduz-nos à formulação de um esquema representativo da relação entre as diferentes concepções filosóficas associada à grande questão materialismo *vs.* idealismo. A proposta da dialética de Lefebvre é a de romper com essa dicotomia ao realizar a efectiva interação sujeito *vs.* objecto, reconhecendo a realidade como a própria ação conjunta e concomitante (práxis sócio-espacial) entre consciência e matéria. A vida-realidade é bem mais complexa do que a objetividade da filosofia materialista nos faz crer.

A visão lefebvriana de espaço socialmente produzido remete-nos – no estudo da gentrificação enquanto processo de reestruturação urbana – para a articulação entre o sistema de organização social na sua totalidade e a organização do espaço, sob o signo do contributo de uma abordagem marxista que leve em conta a necessidade de considerar os vários níveis de organização social, inclusive o político e o cultural, tanto quanto o económico. Segundo a análise urbana marxista, a transformação do espaço está vinculada diretamente às transformações da sociedade produzidas pelo esforço de acumulação de capital e pela luta de classes. Esta perspectiva argumenta que a análise do espaço é uma mera expressão da estru-

tura social, e não um conjunto independente, ou relativamente autónomo, de relações espaciais. Todas as abordagens marxistas até Lefebvre rejeitavam a necessidade de uma teoria distinta do espaço, em favor de uma análise política e económica das relações sociais desenvolvidas espacialmente, com base na luta classista. Compartilhavam a crença de que os processos de desenvolvimento capitalista são materializados no espaço, quase que através de uma correspondência unívoca com as formas reais do ambiente construído.

Na obra lapidar de Lefebvre de 1974, “La Production de l’Espace”, culmina a visão ontológica do autor de mais de uma década de análise da condição urbana contemporânea que demonstra que o espaço não pode ser reduzido apenas a uma localização, às relações sociais da posse de propriedade, ou ao mero desdobramento/reflexo das estruturas económicas, políticas e ideológicas. Aqui Lefebvre formula uma abordagem marxista do espaço que difere drasticamente da dos seus contemporâneos. O espaço representa uma multiplicidade de preocupações sócio-materiais. No espaço figuram proeminentemente as relações sociais de produção. É por meio do espaço que a sociedade se reproduz, pois este é simultaneamente um meio de ações sociais – porque as estrutura – e um produto dessas ações. Ele recria continuamente as relações sociais, reproduzindo-as; mas estas também ajudam a produzi-lo em primeiro lugar. Ele é ao mesmo tempo objeto material ou produto, o meio das relações sociais, e o reprodutor destas. É simultaneamente o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação. Esta ideia é fundamental para a noção de práxis sócio-espacial de Lefebvre, que representa potencialidades tremendas de encarar o espaço como instrumento político mediante as necessidades de luta urbana contra o avanço da fronteira da gentrificação⁴, como vimos no último ponto deste artigo.

Desta forma, Lefebvre, ao basear a multiplicidade da articulação sociedade-espaço numa relação dialéctica, deixa o princípio para a transformação revolucionária da sociedade através da expropriação do espaço, a liberdade de usar o espaço, cumprindo o direito existencial à cidade. Em “Le Droit à la Ville” Lefebvre (1968) faz a apologia da extinção do sistema de relações de propriedade – onde

⁴ Não esqueçamos que no pensamento de Lefebvre (1970) a práxis sócio-espacial é elevada à categoria de atividade radical de resistência ao lado de outros esforços para reorganizar as relações sociais, onde a transformação da sociedade moderna numa sociedade humanista deve ocorrer sob a forma de “revolução urbana”.

se inclui o sistema residencial da gentrificação – e de formas institucionais de regular o espaço urbano que acabam, inevitavelmente, por produzir a dominação dele tanto política quanto economicamente. O fim da propriedade privada e a substituição das relações de propriedade por relações sociais libertárias enquadram-se num programa político radical de produção do espaço socialista indo de encontro à teoria crítica da gentrificação de Neil Smith. Nesta, o discurso ideológico de intervenção social materializa a denúncia dos mecanismos de legitimação do poder instituído pelo neoliberalismo urbano e instiga o confronto direto à legalidade burguesa das políticas urbanas da regeneração e do desenvolvimento urbano desigual e injusto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COWEN, D.; SMITH, N. (2009), After geopolitics? From the geopolitical social to geoeconomics, *Antipode*, 41(1), pp.22-48.
- GOTTDIENER, M. (1985), *The Social Production of Urban Space*, Austin, University of Texas Press.
- HAMNETT, C. (1984), Gentrification and residential location theory: a review and assessment, in D. HERBERT; R. J. JOHNSTON (ed.), *Geography and the Urban Environment: Progress in Research and Applications*, Nova Iorque, Wiley & Sons, pp.283-319.
- HAMNETT, C. (1991), The blind men and the elephant: the explanation of gentrification, *Transactions of the Institute of British Geographers*, 16, pp.173-189.
- HAMNETT, C. (1992), Gentrifiers or lemmings? A response to Neil Smith, *Transactions of the Institute of British Geographers*, 17(1), pp.116-119.
- HAMNETT, C. (2000), Gentrification, postindustrialism, and industrial and occupational restructuring in global cities, in G. BRIDGE; S. WATSON (ed.), *A Companion to the City*, Oxford, Blackwell, pp.331-341.
- HARVEY, D. (1975), The geography of capitalist accumulation: a reconstruction of marxian theory, *Antipode*, 7, pp.9-21.
- HARVEY, D. (1978), The urban process under capitalism, *International Journal of Urban and Regional Research*, 2, pp.101-131.
- HARVEY, D. (1982), *The Limits to Capital*. Oxford, Blackwell.
- HARVEY, D. (1985), *The Urbanization of Capital*. Oxford, Blackwell.
- HARVEY, D. (1987), Flexible accumulation through urbanization: reflections on “post-modernism” in the American city, *Antipode*, 19(3), pp.260-286.
- HARVEY, D. (1989), *The Condition of Postmodernity. An Enquiry into the Origins of Cultural Change*, Oxford, Blackwell.
- LEFEBVRE, H. (1947), *Le Matérialisme Dialectique*. Paris, Presses Universitaires de France.
- LEFEBVRE, H. (1968), *Le Droit à la Ville*. Paris, Anthropos.
- LEFEBVRE, H. (1970), *La Révolution Urbaine*. Paris, Gallimard.
- LEFEBVRE, H. (1974), *La Production de l'Espace*, Paris, Anthropos. (LEFEBVRE, H. (2003), *The Production of Space*, Oxford, Blackwell).
- LEY, D. (1994), Gentrification and the politics of the new middle class, *Environment and Planning D: Society and Space*, 12(1), pp.53-74.
- LEY, D. (1996), *The New Middle Class and the Remaking of the Central City*, Oxford, Oxford University Press.
- MARSTON, S.; SMITH, N. (2001), States, scales and households: limits to scale thinking? A response to Brenner, *Progress in Human Geography*, 25(4), pp.615-619.
- PEET, R. (1978), Materialism, social formation and socio-spatial relations: an essay in marxist geography, *Cahiers de Géographie de Quebec*, 22(56), pp.147-172.
- SMITH, N. (1979a), Towards a theory of gentrification: a back to the city movement by capital not people, *Journal of the American Planning Association*, 45, pp.538-548.
- SMITH, N. (1979b), Gentrification and capital: theory, practice and ideology in Society Hill, *Antipode*, 11(3), pp.24-35.
- SMITH, N. (1979c), Geography, science, and post-positivist modes of explanation, *Progress in Human Geography*, 3(2), pp.356-383.
- SMITH, N. (1981), Degeneracy in theory and practice: spatial interactionism and radical eclecticism, *Progress in Human Geography*, 5(1), pp.111-118.
- SMITH, N. (1982a), Gentrification and uneven development, *Economic Geography*, 58, pp.139-155.

- SMITH, N. (1982b), Theories of underdevelopment, *The Professional Geographer*, 34, pp.332-337.
- SMITH, N. (1984), *Uneven Development: Nature, Capital and the Production of Space*, Oxford, Blackwell.
- SMITH, N. (1986a), Gentrification, the frontier, and the restructuring of urban space, in N. SMITH; P. WILLIAMS (ed.), *Gentrification of the City*, London, Allen & Unwin, pp.15-34.
- SMITH, N. (1986b), Dangers of the empirical turn: some comments on the CURS initiative, *Antipode*, 19(1), pp.394-406.
- SMITH, N. (1986c), On the necessity of uneven development, *International Journal of Urban and Regional Research*, 10(1), pp.87-104.
- SMITH, N. (1987a), Gentrification and the rent gap, *Annals of the Association of American Geographers*, 77(3), pp.462-465.
- SMITH, N. (1987b), Of yuppies and housing: gentrification, social restructuring and the urban dreams, *Environment and Planning D: Society and Space*, 5(2), pp.151-172.
- SMITH, N. (1987c), Rascal concepts, minimalizing discourse, and the politics of geography, *Environment and Planning D: Society and Space*, 5(3), pp.377-383.
- SMITH, N. (1990), Geography redux? The history and theory of geography, *Progress in Human Geography*, 14(4), pp.547-559.
- SMITH, N. (1992a), Blind man's buff, or Hamnett's philosophical individualism in search of gentrification, *Transactions of the Institute of British Geographers*, 17(1), pp.110-115.
- SMITH, N. (1992b), New city, new frontier, the Lower East Side as wild, wild West, in M. SORKIN (ed.), *Variations on a Theme Park: The New American City and the End of Public Space*. New York, Hill and Wang, pp.61-93.
- SMITH, N. (1992c), History and philosophy of geography: real wars, theory wars, *Progress in Human Geography*, 16(2), pp.257-271.
- SMITH, N. (1993), Homeless/global: Scalling places, in J. BIRD et al. (ed.), *Mapping the Futures: Local Cultures, Global Change*, London, Routledge, pp.87-119.
- SMITH, N. (1994), Geography, empire and social theory, *Progress in Human Geography*, 18(4), pp.491-500.
- SMITH, N. (1995a), Gentrifying Theory, *Scottish Geographical Magazine*, 111(2), pp.124-126.
- SMITH, N. (1995b), After Tompkins Square Park: degentrification and the revanchist city, in A. KING (ed.), *Re-presenting the City: Ethnicity, Capital and Culture in the 21st Century Metropolis*, London, Macmillan.
- SMITH, N. (1996a), *The New Urban Frontier. Gentrification and the Revanchist City*, London, Routledge.
- SMITH, N. (1996b), Gentrification, the frontier, and the restructuring of urban space, in S. FAINSTEIN; S. CAMPBELL (ed.), *Readings in Urban Theory*, Oxford, Blackwell, pp.260-277.
- SMITH, N. (1996c), Of rent gaps and radical idealism: a reply to Steven Bourassa, *Urban Studies*, 33(7), pp.1199-1203.
- SMITH, N. (1998), El Niño capitalism, *Progress in Human Geography*, 22(2), pp.159-163.
- SMITH, N. (2000), Is a critical geopolitics possible? Foucault, class and the vision thing, *Political Geography*, 19, pp.365-371.
- SMITH, N. (2001), Rescaling politics: geography, globalism, and the new urbanism, in C. MINCA (ed.), *Postmodern Geography. Theory and Praxis*, Oxford, Blackwell, pp.147-168.
- SMITH, N. (2002), New globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy, *Antipode*, 34(3), pp.427-450.
- SMITH, N. (2005a), El redimensionamiento de las ciudades: la globalización y el urbanismo neoliberal, in D. HARVEY; N. SMITH (eds.), *Capital Financiero, Propiedad Inmobiliaria y Cultura*, Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona, pp.59-78.
- SMITH, N. (2005b), Geographers, empires and victims: A response, *Political Geography*, 24, pp.263-266.
- SMITH, N. (2005c), *The Endgame of Globalization*, London, Routledge.
- SMITH, N. (2006), Reply – On liberalism: A response, *Political Geography*, 25, pp.37-41.
- SMITH, N. (2008a), On the eviction of critical perspectives, *International Journal of Urban and Regional Research*, 32(1), pp.195-197.
- SMITH, N. (2008b), Contesting neoliberalism: Urban frontiers, *Economic Geography*, 84(3), pp.359-361.
- SMITH, N.; CARIS, P.; WYLY, E. (2001), The "camden syndrome" and the menace of suburban decline: Residential disinvestment and its discon-

- tents in Camden County, New Jersey, *Urban Affairs Review*, 36(4), pp.491-531.
- SMITH, N.; DEFILIPPIS, J. (1999), The reassertion of economics: 1990s gentrification in the Lower East Side, *International Journal of Urban and Regional Research*, 23(4), pp.638-653.
- SMITH, N.; DUNCAN, B.; REID, L. (1989), From disinvestment to reinvestment: tax arrears and turning points in the East Village, *Housing Studies*, 4, pp.238-252.
- SMITH, N.; LEFAIVRE, M. (1984), A class analysis of gentrification, in B. LONDON; J. PALEN (ed.), *Gentrification, Displacement and Neighbourhood Revitalization*, Albany, State University of New York Press, pp.43-64.
- SMITH, N.; LOW, S. (2006), Introduction: The imperative of public space, in S. LOW; N. SMITH (ed.), *The Politics of Public Space*, London, Routledge, pp.1-16.
- SMITH, N.; SCHAFFER, R. (1986), The gentrification of Harlem? *Annals of the Association of American Geographers*, 76(3), pp.347-365.
- SMITH, N.; WILLIAMS, P. (1986), Alternatives to orthodoxy: Invitation to a debate, in N. SMITH; P. WILLIAMS (ed.), *Gentrification of the City*. London, Allen & Unwin, pp.1-12.
- SOJA, E. (1980), The socio-spatial dialectic, *Annals of the Association of American Geographers*, 70, pp.207-225.
- SOJA, E. (1989), *Postmodern Geographies. The Reassertion of Space in Critical Social Theory*. London, Verso.